



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

12603 - Resumo Expandido - Trabalho - XXVI Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste – Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd Nordeste (2022)

ISSN: 2595-7945

GT05 - Estado e Política Educacional

PANORAMA DOS SISTEMAS DE AVALIAÇÃO EDUCACIONAL NOS ESTADOS DO NORDESTE BRASILEIRO

Arécia Susã Morais - UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Felipe Daniel Barros Diniz - UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Luciane Terra dos Santos Garcia - UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte

PANORAMA DOS SISTEMAS DE AVALIAÇÃO EDUCACIONAL NOS ESTADOS DO NORDESTE BRASILEIRO

1 INTRODUÇÃO

A partir da década de 1990, o Brasil implementou reformas estruturais no aparelho estatal, orientadas pelos pressupostos do ideário neoliberal e neoconservador, introduzindo na administração pública a lógica de mercado visando modernizar e conferir maior eficiência e eficácia dos serviços em todas as áreas, inclusive na educação. Transpondo para a gestão pública o modelo de gestão gerencial, derivado do setor privado, são utilizados instrumentos e estratégias que alteraram a forma de organização da política educacional. Entre esses, destaca-se a adoção da avaliação como estratégia de ação do Estado, com a inclusão de testes padronizados, sendo divulgados seus resultados, levando a processos de competição e ranqueamento dos sistemas de ensino e escolas.

Nesse contexto de reformas educacionais no país, o Governo Federal instituiu diversos processos de avaliações em larga escala em todo o território nacional como meio de verificar a qualidade educacional nas redes públicas de ensino. No âmbito da educação básica, criou-se o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) ainda no ano de 1990, em consonância com as orientações de organismos multilaterais de poder. Inicialmente, o modelo de avaliação era de caráter amostral, com aplicação de testes de Língua Portuguesa, Matemática e Ciências para estudantes matriculados nos anos conclusivos do Ensino Fundamental e Médio das

escolas públicas. O sistema passou por reestruturações desde sua criação, especialmente a partir da Portaria n. 931, de 21 de março de 2005 (BRASIL, 2005), em que se instituiu no Saeb dois processos avaliativos: a Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb), que manteve as mesmas características amostrais do Saeb; e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc) ou Prova Brasil, de caráter censitário e realizada com os estudantes do 5º e 9º anos do Ensino Fundamental das redes públicas de ensino. Ambas as avaliações são realizadas bianualmente, tendo como foco as áreas de conhecimento de Língua Portuguesa e Matemática.

Em 2007, a Prova Brasil ganhou o “*status* de avaliação majoritária na aferição e monitoramento do desempenho escolar de estudantes da educação básica”, uma vez que seus resultados passaram a compor o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), sendo atribuídas metas projetadas pela União a serem cumpridas pelas redes públicas estaduais e municipais de ensino e suas escolas (SCHNEIDER; ROSTIROLA, 2015, p. 502).

Desde a implementação do Saeb, observa-se a expansão de sistemas de avaliações em larga escala implementados pelos estados da federação em suas redes públicas de ensino. No Nordeste do país, os nove estados da região já contam com propostas de avaliação muito semelhantes ao Saeb, com alguns estados criando indicadores educacionais próprios e também desenvolvendo políticas educacionais de premiação ou bonificação, tendo como base os resultados da avaliação externa da rede pública de ensino.

No Brasil, Bonamino e Sousa (2012) definem três gerações de avaliações em larga escala. A primeira caracteriza-se pela implementação de uma avaliação mais diagnóstica acerca da qualidade da educação básica. A avaliação amostral adotada originalmente no Saeb configura-se nessa primeira geração. A segunda tem como características a publicização dos resultados para a sociedade e a devolutiva desses para as instituições de ensino, sendo atribuídas consequências simbólicas. A Prova Brasil é uma das experiências de avaliação de segunda geração, pois incorpora a divulgação dos resultados como forma de mobilizar pais e responsáveis a cobrar providências para que as escolas melhorem suas ações pedagógicas, além de agregar seus resultados no Ideb, sendo estabelecidas metas educacionais a serem alcançadas pelas redes públicas de ensino e escolas. A terceira refere-se às avaliações associadas às políticas de responsabilização forte ou *high-stakes*, que contemplam sanções ou recompensas em decorrência do desempenho dos estudantes nos testes. Algumas experiências de avaliações dos estados da região Nordeste são exemplos dessa terceira geração.

Dado o contexto de implementação do sistema nacional de avaliação pela União e a proliferação de sistemas de avaliações criados por governos estaduais, o presente estudo tem como objetivo analisar os sistemas de avaliação educacional implementados pelos estados do Nordeste brasileiro, mediante o mapeamento desses sistemas, buscando apontar as principais características, similaridades e diferenças entre si.

Para o desenvolvimento do trabalho, adota-se como procedimentos metodológicos a

revisão da literatura, tendo como base estudos de autores como Bonamino (2002), Bonamino e Sousa (2012), Brooke (2008), Perboni (2016), Schneider e Rostirola (2015), além da análise de documentos e notícias coletados nas plataformas destes sistemas, nos sites oficiais das secretarias estaduais de educação dos nove estados do Nordeste e em portais de notícias na internet.

2 DESENVOLVIMENTO

Com a transferência das responsabilidades referentes às avaliações externas de larga escala para o Instituto Nacional de Pesquisas e Estudos Educacionais Anísio Teixeira (Inep), em 1992, o Saeb se consolida como política de avaliação externa em larga escala, adquirindo maior autonomia, legitimidade e reconhecimento (BONAMINO, 2002). Com isso, na região Nordeste, destaca-se a presença de dois estados pioneiros na elaboração de políticas de avaliação em suas redes públicas de ensino, que são o Ceará e Pernambuco. Ambos desenvolveram sistemas próprios de avaliação e, gradualmente, têm os aperfeiçoados como mecanismos de monitoramento da qualidade educacional e como forma de controle das políticas públicas educacionais implantadas localmente, tendo como parâmetro os resultados nas avaliações.

Atualmente, o Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (Spaeece), implementado em 1992, avalia os 2º, 5º e 9º anos do Ensino Fundamental, as 1ª e 3ª séries do Ensino Médio e a modalidade especial de Educação para Jovens e Adultos (EJA), nas disciplinas de Português, Matemática, Ciências Humanas e da Natureza. O Sistema de Avaliação da Educação Básica de Pernambuco (Saepe), instituído em 2000, se limita a avaliar os 2º, 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e a 3ª série do Ensino Médio, nas disciplinas de Português e Matemática. Ademais, esses sistemas são os principais objetos de estudos no que se refere àqueles implementados nas regiões Nordeste, Norte e Centro Oeste.

Nesse mesmo período podemos destacar o caso de Alagoas, que em 2001 implementou o Sistema de Avaliação do Estado de Alagoas (Saveal), o qual atualmente é composto pela Avaliação da Rede Estadual de Alagoas (Areal), implantada em 2012 em parceria com o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF), e a Prova Alagoas (CAED, 2022). O sistema alagoano avalia os 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e a 3ª série do Ensino Médio, nas disciplinas de Português e Matemática. Importa destacar que em Alagoas, assim como em outros estados da região, a política de avaliação estadual é impactada por processos de descontinuidades, conforme aponta pesquisa realizada por Perboni (2016). As intercorrências na realização da avaliação podem ser resultado de diversos fatores, como alterações nos parâmetros de gestão educacional ocasionadas pelas mudanças de governos, pelas condições de financiamento ou até pela troca de empresas e/ou entidades responsáveis pela realização dessas avaliações.

Na esteira da reestruturação do Saeb no ano de 2005, muitos estados passaram a implementar sistemas próprios de avaliação educacional em larga escala. Sobre isso, Sousa e Oliveira (2010) defendem que vários desses sistemas estaduais foram concebidos em complementaridade ao sistema nacional e foram pensados de modo a mimetizar as suas características (matriz curricular, metodologia de análise, banco de itens, etc.). Esse foi o caso do Sistema de Avaliação Baiano de Educação (Sabe), implementado em 2007; do Sistema de Avaliação Educacional do Piauí (Saepi), que teve sua primeira edição em 2011; e do Sistema Estadual de Avaliação da Educação da Paraíba - Avaliando IDEPB, implementado em 2012. Esses três sistemas estaduais compartilham das mesmas características: avaliam os 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e a 3ª série do Ensino Médio, nas disciplinas de Português e Matemática. A partir de 2019 o sistema baiano passou a avaliar também a 4ª série do Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio.

Posterior a esses dois momentos já citados, temos a implementação dos sistemas de avaliação educacional do Rio Grande do Norte – Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação Institucional (Simais) –, em 2016; do Maranhão – Sistema Estadual de Avaliação do Maranhão (Seama) –; e de Sergipe – Sistema de Avaliação da Educação Básica de Sergipe (Saese) –, ambos em 2019. Assim como os sistemas da Bahia, Piauí e Paraíba, os 3 sistemas supracitados avaliam os 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e a 3ª série do Ensino Médio, nas áreas de conhecimento de Português e Matemática. O Saese, entretanto, também avalia o 2º ano do Ensino Fundamental.

Com exceção dos estados do Piauí e Rio Grande do Norte, os demais sistemas de avaliação abrangem as escolas tanto da rede pública estadual como municipal. Nos nove estados, os sistemas de avaliação foram projetados através de assessorias externas às secretarias de educação, seja da esfera pública ou privada, sendo terceirizadas parcial ou integralmente as fases que compõem o processo de formulação e execução da avaliação. O CAEd/UFJF é a principal empresa responsável pela elaboração das provas, das matrizes de referência e de outros materiais, além da logística de distribuição, correção e divulgação dos resultados dos sistemas avaliativos dos estados. Essa instituição, vinculada à UFJF, atua como difusora de práticas legitimadoras da privatização do público, na medida em que oferta serviços às secretarias de educação, como o desenvolvimento de sistemas de avaliação e formações voltadas aos professores e gestores. Além disso, o modelo de avaliação implementado pelo CAEd replica os valores do capital, como produtividade, meritocracia e individualismo.

Pode-se apontar como uma tendência a vinculação dos resultados da avaliação a políticas de bonificação salarial para professores ou de programas de premiação para as escolas e estudantes. Através do mapeamento realizado acerca dos sistemas estaduais de avaliação da região, é possível diferenciá-los tendo como base o uso dos resultados como critério para a criação de políticas de responsabilização.

Os estados do Ceará, Pernambuco, Paraíba e Maranhão implementam avaliações *high-*

stake ou de alta responsabilização, expressão utilizada por Brooke (2008) para referir-se às experiências que utilizam os resultados da avaliação para atribuir consequências materiais, como incentivos salariais aos profissionais da educação ou destinação de recursos ou prêmios para escolas ou estudantes, tendo em vista melhorar os resultados e índices educativos do estado. Os estados da Alagoas, Bahia, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe podem ser classificados como sistemas de *low-stake* ou baixa responsabilização (BROOKE, 2008), uma vez que disponibilizam os resultados da avaliação, mas sem atribuir consequências materiais explícitas para os profissionais, estudantes e escolas.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A implementação de sistemas de avaliação pelos governos estaduais na região Nordeste surge, especialmente, a partir da reestruturação do modelo de avaliação do Saeb, em 2005, com inserção de avaliação censitária mediante a Prova Brasil. Esses sistemas avaliativos guardam similaridades com a avaliação a nível nacional, com aplicação de testes padronizados para os anos conclusivos do Ensino Fundamental e Médio, e majoritariamente com foco nas áreas de conhecimento de Língua Portuguesa e Matemática.

A esse processo de homogeneização do modelo de avaliação implementado nos estados, soma-se o desenvolvimento desses por meio de parceiros externos às secretarias de educação, a exemplo do CAEd/UFJF, que promove modelos de sistemas com características similares entre si, ainda que preservando algumas especificidades de cada estado.

Nota-se, ainda, que uma parte dos estados da região não desenvolveu políticas de avaliação educacional que associam os resultados de desempenho dos estudantes com a alta responsabilização aos profissionais e escolas. Entretanto, há uma tendência de governos estaduais implementarem políticas dessa natureza, especialmente dada a relevância do estado do Ceará e Pernambuco, que ao longo das últimas décadas têm desenvolvido políticas ou programas de premiação pecuniária para professores, estudantes e escolas como forma de incentivar o alcance de resultados tanto na esfera local como nas avaliações a nível federal.

REFERÊNCIAS

BONAMINO, Alicia Catalano. **Tempos de avaliação educacional: o SAEB, seus agentes, referências e tendências.** Rio de Janeiro: Quartet, 2002.

BONAMINO, Alicia; SOUSA, Sandra Zákia. Três gerações de avaliação da educação básica no Brasil: interfaces com o currículo da/na escola. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 2, p. 373-388, abr./jun. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Portaria nº 931, de 21 de março de 2005.**

Brasília: Diário Oficial da União, 2005.

BROOKE, Nigel. Responsabilização educacional no Brasil. **Revista Iberoamericana de Evaluación Educativa**, v. 1, n. 1, 2008, p. 94-109.

CAED. Sistema de Avaliação Educacional de Alagoas. **Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação**, [s.d.]. Disponível em: . Acesso em: 21 set. 2022.

PERBONI, Fabio. **Avaliações externas e em larga escala nas Redes de Educação Básica dos Estados Brasileiros**. 268f. 2016. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente (SP), 2016.

SCHNEIDER, Marilda Pasqual; ROSTIROLA, Camila Regina. Estado-Avaliador: reflexões sobre sua evolução no Brasil. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação – RBP AE**, v. 31, n. 3, p.493-510, set./de 2015.

SOUSA, Sandra Zákia; OLIVEIRA, Romualdo Portela de. Sistemas estaduais de avaliação: uso dos resultados, implicações e tendências. **Cadernos de Pesquisa**, v. 40, n. 141, p. 793-822, 2010.